

Ruanda é aqui, Ruanda não é aqui: contribuições de Hannah Arendt para a compreensão do genocídio ruandês

Rwanda is here, Rwanda is not here: Hannah Arendt's contributions to understanding the Rwandan genocide

Denilson de Cássio Silva¹

RESUMO: O artigo problematiza as noções de ideologia, terror, mal radical e banalidade do mal, de Hannah Arendt, em face do genocídio ocorrido em Ruanda. É defendida a hipótese de que essas noções, diferentes e ligadas entre si, proporcionam discussão pertinente e compreensão crítica do processo de dizimação dos tutsis por hutus. Tem-se como principal objetivo testar como tais ideias contribuem com a análise da carnificina ruandesa, consideradas, evidentemente, as especificidades históricas de tal fenômeno em relação ao massacre administrativo da população judia na Europa nazi, objeto original de investigação de Arendt. Primeiramente é feita uma breve explanação das ideias de ideologia e terror, a partir, em especial, do último capítulo de *Origens do Totalitarismo*. A seguir, passa-se à problematização do processo histórico, das causas e dos significados da eliminação de tutsis, por indivíduos e milícias hutus, muitos dos quais, vizinhos e conhecidos de longa data das famílias dizimadas. São mobilizados os termos mal radical e banalidade do mal ao se levar em conta a campanha militar e midiática de lideranças políticas hutus pela desumanização dos tutsis, chamados por aqueles de inyenzis (“baratas”). As principais obras utilizadas são constituídas por tomos de Arendt e de estudiosos de seu pensamento e, particularmente, por dois livros, a partir dos quais, em diálogo com o arcabouço arendtiano, a análise é efetivada, a saber: o relato autobiográfico, intitulado *Baratas*, de Scholastique Mukasonga, uma das sobreviventes do genocídio em questão; e o romance *Murambi, o livro das ossadas*, do escritor senegalês Boubacar Boris Diop.

PALAVRAS-CHAVE: Ruanda; Ideologia-Terror; Mal radical-Banalidade do Mal.

ABSTRACT: The article problematizes Hannah Arendt's notions of ideology, terror, radical evil and the banality of evil in the face of the genocide that took place in Rwanda. The hypothesis is defended that these notions, different and interconnected, provide a pertinent discussion and critical understanding of the process of decimation of Tutsis by Hutus. The main objective is to test how such ideas contribute to the analysis of Rwandan carnage, considering, of course, the historical specificities of such a phenomenon in relation to the administrative massacre of the Jewish population in Nazi Europe, Arendt's original object of investigation. First, a brief explanation of the ideas of ideology and terror is made, starting, in particular, from the last chapter of *Origins of Totalitarianism*. Next, we discuss the historical process, causes and meanings of the elimination of Tutsis by Hutu individuals and militias, many of whom were neighbors and longtime acquaintances of the

¹ Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Docente efetivo do Departamento de História – Unidade Belo Horizonte. E-mail: denilsonsilva@cefetmg.br Nas pessoas dos organizadores do XIV Encontro Internacional Hannah Arendt, Geraldo Adriano Emery Pereira, Nathalia Rodrigues da Costa e Tiago Lazier, agradeço a todas e todos que participaram deste importante evento, cujas acolhida e interlocução de altíssimo nível tornaram possível a elaboração do presente artigo.

decimated families. The terms radical evil and banality of evil are mobilized when taking into account the military and media campaign of Hutu political leaders for the dehumanization of Tutsis, called by those inyenzi (“cockroaches”). The main works used are constituted by volumes of Arendt and scholars of her thought and, particularly, by two books, from which, in dialogue with Arendt’s framework, the analysis is carried, namely: the autobiographical account, entitled *Baratas*, by Scholastique Mukasonga, one of the survivors of the genocide in question; and the novel *Murambi, the book of bones*, by the Senegalese writer Boubacar Boris Diop.

KEYWORDS: Rwanda; Ideology-Terror; Radical evil-Banality of evil.

As soluções totalitárias podem muito bem sobreviver à queda dos regimes totalitários sob a forma de forte tentação que surgirá sempre que pareça impossível aliviar a miséria política, social ou econômica de um modo digno do homem.
(ARENDR, 2012, p. 610)

COMPREENDER O INCOMPREENSÍVEL

Em célebre obra de metodologia da história, Marc Leopold Benjamin Bloch ponderou que compreender “nada tem de uma atitude de passividade” (2001, p. 128). Escrevendo em uma França invadida e ocupada pelos nazistas, o autor reconhecia que o historiador não é alheio às paixões e que, por isso, caberia desenvolver uma análise crítica, na qual a palavra *compreender*, na contramão do mero julgamento de valor, identificaria uma fonte de impulso ao pensamento e ao saber. Para Bloch, intelectual judeu, a busca por compreensão da ação dos humanos no tempo deveria ser um dos princípios norteadores da prática historiadora, pois, em seus termos, “jamais compreendemos o bastante” (2001, p. 128). A palavra *compreender* estaria, assim, ainda segundo o historiador francês, “carregada de dificuldades, mas também de esperanças” (2001, p. 128). De dificuldades porque exigiria um incessante esforço de reflexão e de pesquisa, e de esperanças, por assinalar um *modus operandi* capaz de desvelar a história como “uma vasta experiência de variedades humanas”, como um “logo encontro dos homens” (2001, p. 128). Para Bloch, em meio às tantas lutas políticas travadas, não caberia dispensar o trabalho de compreensão, mas, sim, tê-lo sempre presente, adensá-lo, aprofundá-lo.

Bloch não chegaria a desenvolver suas análises teóricas, posto que, combatente da Resistência, fuzilado por membros da Gestapo em junho de 1944 (BENTIVOGLIO, 2013). Apesar disso, esses seus apontamentos permitem-nos identificar uma fissura pela qual as ideias de Hannah Arendt podem contribuir para o estudo dos processos históricos, em especial, aqueles marcados por violência extrema. Como Bloch, Arendt viu-se instada a assumir a tarefa de compreender o mundo convulso em que vivia. Diferentemente do historiador, entretanto, Arendt sobreviveu à hecatombe, acompanhou as revelações sobre a Shoah e se pôs a pensar sobre o que havia ocorrido. A epígrafe de sua primeira grande obra, evocando Karl Jaspers, já indicava a inquietação com que confrontava

a realidade na qual vivia: “Não almejar nem os que passaram nem os que virão. Importa ser de seu próprio tempo” (JASPERS, apud ARENDT, 2012, p. 8), perspectiva não distante, vale reparar, dos versos de 1940 do poeta itabirano: “O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente” (DRUMMOND, 2001, p. 161). Jerome Kohn chega a afirmar ser fato incontestável que, do começo ao fim, Arendt “sentiu uma atração irresistível pela atividade de compreender, uma atividade mental circular e interminável cuja principal significação, para ela, consistia mais no próprio exercício que nos resultados” (KOHN, 2008, p. 8). Nessa busca por “encarar a realidade sem preconceitos e com atenção”, (2012, p. 12), fitando o chocante dos fatos, Arendt viu na ideia de pluralidade humana um dos fundamentos da política, condição para o exercício da liberdade, da ação no mundo (2014, p.10).

A máquina genocídica, assim, constitui o oposto da compreensão e da pluralidade, simultânea e paradoxalmente, extirpando-os e os incitando. O “apelo ao pensamento” (ARENDT, 2013, p. 35) surgiria dessa situação de crise, dessa “espécie de terra de ninguém histórica” (ARENDT, 2008, p.187), de ruptura entre experiências passadas e expectativas, visões de futuro, de coisas que não são mais e de coisas que não são ainda. Em face da deliberada e sistemática aniquilação de vidas e de grupos humanos, destacadamente, dos campos de concentração e de extermínio de judeus, nos anos 1930-1940, como compreender o ocorrido? Arendt parece ter erigido seu percurso filosófico e político em torno de tal desafio, constituindo-se, no dizer de Eduardo Jardim, em “pensadora da crise e de um novo início” (JARDIM, 2011).

No tocante à análise histórica, o pensamento de Arendt teria uma pertinência circunscrita ao entendimento sobre o totalitarismo nazista e o Holocausto? Ou ele traria e traz elementos, que permitem potencializar estudos de outros fenômenos e processos históricos, para além daqueles específicos sobre os quais Arendt se debruçou? Respondendo, positivamente, a esta última questão, postulamos que as ideias de Arendt compõem, para estudos sobre genocídios, uma rica fonte epistemológica, ética e política – não raramente, apresentando uma desconcertante atualidade nesse século XXI. Mais do que defender, criticar ou reproduzir as teses de Arendt sobre acontecimentos históricos, pretendemos tomar seu pensamento como manancial para a problematização da história, em especial, de situações-limite da “era das catástrofes” (SELIGMANN-SILVA, 2003), de tempos que continuaram, em certa medida, sombrios (ARENDT, 2008).

Aventamos, aqui, a hipótese de que as noções de ideologia, terror, mal radical e banalidade do mal, tratadas por Hannah, propiciam interrogar e examinar, de modo crítico, aquele que pode ser considerado o último genocídio do século XX, ocorrido de abril a julho de 1994, em Ruanda. O sobrevoou, ora pretendido, aos chamados Cem Dias de Ruanda, explora, assim, o potencial heurístico daquelas noções arendtianas, bem como revolve o que a pensadora denominou de efeito

bumerangue (2012), no sentido de fazer com que a experiência daquelas pessoas, localizadas no interior do continente africano, dê voz e vez a outros olhares, à compreensão e à pluralidade para além de recortes geográficos.

A seguir, abordarei as noções de genocídio, ideologia e terror; em um segundo momento, aproximar-me-ei das noções de mal radical e de banalidade do mal. Em ambas as partes, explorando o potencial ético, estético e metodológico do limiar entre história e literatura (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2019), tomo como companhia relatos de Scholastique Mukasonga, sobrevivente do genocídio de Ruanda e de Boubacar Boris Diop, escritor senegalês, que também escreveu sobre o referido episódio.

GENOCÍDIO, IDEOLOGIA E TERROR

A Convenção para a Prevenção e Punição de Crimes de Genocídio, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 9 de setembro de 1948, define como genocídio atos “cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, apud ISHAY, 2013, p. 671). Tais atos são caracterizados como

assassinato de membros do grupo; dano grave à integridade física ou mental de membros do grupo; submissão intencional do grupo a condições de existência que lhe ocasionem a destruição física total ou parcial; medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; transferência forçada de menores do grupo para outro (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948, apud ISHAY, 2013, p. 671).

Se o fato que deu origem ao reconhecimento deste crime pelo Direito Internacional e se tornou paradigmático de tal estado de coisas foi a Shoah, os massacres em Ruanda, em 1994, podem ser descritos como “os casos mais claros de genocídio” (CALVOCORESI, 2011, p. 561), desde a adoção da referida Convenção. Haveria, assim, traços comuns entre as diferentes intercorrências históricas do que Arendt também identificou como “massacres administrativos” (1999, p. 311)? Jacques Sémelin, ao analisar, sobretudo, os casos alemão, sérvio e ruandês, esboça algumas problemáticas, que atravessam essas diversas dinâmicas históricas. Observa-se, segundo o autor, a confluência de um impulso central, uma vontade deliberada por fazer funcionar uma política de destruição, tomada por pessoas ocupantes do topo do poder; de agentes estatais e paraestatais, que se empenham na coordenação e na execução da violência, tanto por parte de órgãos convencionais, como forças armadas e policiais, quanto de agrupamentos, criados propriamente para a efetuação dos massacres, como milícias e outras associações; da opinião pública e da participação popular, dos meios de mobilização, adesão, indiferença ou resistência ao

assassínio em massa; e das morfologias da violência extrema, os tipos de técnica e de tecnologia empregados, como matanças no local ou deportação, uso de fuzilaria, gás, facões (SÉMELIN, 2009, p. 233-235).

Em Ruanda, o terror, vale dizer, o movimento de eliminação de alvos escolhidos, uma vez impedida qualquer oposição (ARENDDT, 2012, p. 617-618), atravessou um longo período de incubação. As diferenças entre batwas, tutsis e hutus, que, por séculos, não impediram a convivência interétnica, a partir do final do século XIX, avolumaram-se com a chegada de alemães, e, sobremaneira, com a colonização belga, de 1919 adiante (GOUREVITCH, 2006). Pondo em prática a conhecida tática do dividir para dominar, os belgas, também com base em critérios racistas, privilegiaram a minoria tutsi na ocupação de setores econômicos mais prósperos, de vagas escolares e de cargos burocráticos. As elites tutsis passaram a ser, crescentemente, vistas pela maioria hutu - e por segmentos batwas e tutsis desprivilegiados - como exploradoras, injustas e ilegítimas, o que contribuiu para a exacerbação da inimizade e da cristalização étnicas (FONSECA, 2016; MENDONÇA, 2021). Tal como apontado por Arendt (2012), também aqui ficam evidentes os vínculos entre colonialismo, imperialismo, racismo, estímulo e perpetração de massacres.

No final dos anos 1950, veio à tona a Revolução Popular hutu, um levante contra a política belga e os tutsis. Assassinatos, casas incendiadas, rebanhos abatidos, celeiros pilhados. Scholastique Mukasonga, nascida em 1956, no sudoeste de Ruanda, província de Gikongoro, lembra que os primeiros pogroms contra os tutsis estouraram em 1959: “A engrenagem do genocídio tinha sido acionada. Eles não parariam mais. Até a solução final, eles nunca parariam” (2018, p. 13).

Neste seu livro, emblematicamente, intitulado *Baratas*, lançado em 2006, Mukasonga deixa entrever o modo como o genocídio de 1994 foi sentido e interpretado, enquanto desfecho de décadas de um decidido trabalho de difusão da ideologia e do terror, de deterioração da representação social dos tutsis como seres humanos plenos e de ondas, mais ou menos, regulares de violência contra esta população. Em quiniaruanda, língua bantu falada em Ruanda, o termo *inyenzi* significa, precisamente, “baratas”, e foi utilizado, frequentemente, por indivíduos e lideranças hutus para se referirem às pessoas tutsis. Rememorando as humilhações sofridas na cidade de Nyamata, Scholastique escreve que os militares “(...) estavam lá para lembrar, constantemente, quem éramos: serpentes, *inyenzis*, baratas, que não tinham nada de humano, que um dia deveriam ser exterminadas” (2018, p. 69).

Esta tentativa de despersonalizar a pessoa humana, privando-a, por um lado, de liberdade, e, por outro, de identidade própria e de autoestima, passou a primeiro plano com o início da guerra civil em 1990. Ante as investidas da Frente Patriótica de Ruanda, exército de refugiados tutsis, liderado por Paul Kagame, o governo hutu de partido único do Movimento Republicano Nacional

por Democracia e Desenvolvimento (MRND), presidido, desde 1973, por Juvenal Habyarimana, intensificou a passagem ao ato dos planos de extermínio.

Impulsionada pelo controle dos meios de comunicação, notoriamente, da Rádio e Televisão das Mil Colinas, a ideologia supremacista hutu acentuou a difusão da premissa de que os tutsis eram inimigos internos mortais, que conspiravam contra a existência dos hutus (SÉMELIN, 2009; MENDONÇA, 2021). A pregação do medo, a convocar os hutus para o assassinio em massa, visto como definidor de uma nova história, encontra nas palavras do filho do sucessor de Juvenal Habyarimana – morto em atentado em 6 de abril de 1994, estopim para o genocídio – um exemplo acachapante. Intervindo, pessoalmente, no rádio, M. Kayibanda vociferou: “Eles (os tutsis) vão exterminar, exterminar, exterminar, exterminar. Vão exterminar até ficarem sozinhos neste país, para guardar por mais 1.000 anos o poder que os seus pais tiveram durante 400 anos!” (KAYIBANDA, apud SÉMELIN, 2009, p. 245).

Nesta guerra midiática, o movimento ideológico dos hutus partia da premissa da ameaça e da culpa dos tutsis e, com base nela, imprimiam uma doutrinação, tomando a ideia por si, a ação pela ação, anuladora do pensar. Arendt observa que as ideologias “pressupõem sempre que uma ideia é suficiente para explicar tudo no desenvolvimento da premissa, e que nenhuma experiência ensina coisa alguma porque tudo está compreendido nesse coerente processo de dedução lógica” (2012, p. 626).² Propagandeada a identificação entre tutsis e *inyensis* (baratas), forjada a estabilidade da atribuição da culpa por todos os males a um grupo outro e criada uma espécie de universo paralelo, no qual nenhuma experiência, nenhum dado empírico, nenhuma possibilidade de estruturação de um mundo em comum fazem a menor diferença, tem-se, aqui, uma força, conforme Arendt, capaz de “subjugar o homem quase tão violentamente quanto uma força externa” (2012, p. 626).

À coerção ideológica soma-se outro lado de uma mesma moeda, o terror, também mobilizado para que “ninguém jamais comece a pensar” (ARENDRT, 2012, p. 631), visando à “fabricação da humanidade” (ARENDRT, 2012, p. 618), no caso, de uma humanidade formada, exclusivamente, por hutus. A violência extrema, campeada de abril a julho de 1994, desenvolveu-se em um cenário marcado pela ocupação do poder por extremistas, promotores do Poder Hutu, ou Hutu Power. Ancorados nesta perspectiva supremacista, a partir de 1990, emergiram esquadrões da morte, como a Rede Zero, que operava à sombra do poder, eliminando adversários políticos e encomendando massacres. Ao redor do presidente, fortaleceu-se um grupo, denominado Akazu, ou

² Cabe mencionar, aqui, a importante obra de Geraldo Adriano Emery Pereira sobre verdade e política no pensamento de Hannah Arendt. Nas palavras do comentador: “[...] o que está por trás da concepção arendtiana de ideologia é a clássica distinção lógica entre verdade e validade. E é justamente nesse “conflito” que mora a complexidade da realidade que a ideologia, na dominação totalitária, visa a eliminar” (PEREIRA, 2019, p. 76).

Pequena Casa, cuja rede, liderada pela esposa de Habyarimana, Agathe, poderia se dirigir, diretamente, ao coronel Bagosora, reconhecida liderança militar, partidária de uma solução final para os tutsis. Paralelamente foram criadas milícias paramilitares, como a Interahamwe, braço armado do MRND (SÉMELIN, 2009, p. 233-330).

O aumento da importação de rádios, pilhas e facões – mais econômicos que fuzis – somados ao fechamento de pontes e estradas, deu o recado de que, daquela vez, não se pretendia deixar escapar nenhum tutsi nem hutu moderado. A deliberação pela destruição em larga escala havia sido tomada e posta em curso tanto pelo governo instituído, após o assassinato do presidente, quanto por prefeitos, religiosos, empresários, chefes militares, policiais, civis e milicianos (HATZFELD, 2005; SÉMELIN, 2009). O terror total dos Cem Dias de Ruanda, ocorridos diante da indiferença da comunidade internacional e do noticiário, ocupado com a Copa do Mundo de Futebol, sugere também, pois, um problema que, desde 1945, marca presença nos escritos de Hannah (2008), a questão do mal.

MAL RADICAL E BANALIDADE DO MAL

Em 1998, Boubacar Boris Diop, junto a dez outros escritores africanos, participou da residência de autores “Ruanda: escrever por dever de memória” (DIOP, 2021a). Fruto desta experiência, a obra *Murambi, o livro das ossadas*, publicado pela primeira vez em 2001 e, no Brasil, vinte anos depois, tenta abarcar a diversidade de sujeitos e testemunhos, que escaparam ao genocídio. Para elaborar o texto, o autor senegalês, nascido em 1946, escutou centenas de ruandeses. Em posfácio de 2011, Boris Diop ressaltou ter ficado impressionado pela frequência com que os sobreviventes “confessaram não ter compreendido nada do que lhes acontecera” (DIOP, 2021a, p. 193), como que se quisessem contar com ele “para desvendar o mistério de um ódio tão radical e devastador” (DIOP, 2021a, p. 193). Ao se deparar com o inaudito, Diop vacilou sobre *como* expressar o inexprimível e chegou à forma de um romance, de certo modo, histórico, com vários personagens, que, como avatares de pessoas reais, representam a pluralidade dos testemunhos colhidos. Trata-se, segundo o autor, de um “romance polifônico, com muitas vozes, pois eu não queria deixar de lado nenhuma pista” (DIOP, 2021b). Em capítulo dedicado a um personagem hutu, membro da milícia Interahamwe, Faustin Gasana escuta uma provocação de seu velho pai: “[...] ele [Adolf Hitler] conseguiu eliminar todos os *inyenzis* brancos? [...] Aquele branco era muito mais bem organizado que vocês e, no entanto, fracassou. Vocês não passam de uns garotos pretensiosos!” (DIOP, 2021a, p. 27). Sem coragem para afrontar a figura paterna, Gasana elucubra em torno da amplitude do serviço diário de matar, prestes a irromper:

[...] todos aqueles tutsis para matar. Eu não achava que fossem tão numerosos. Tenho a impressão de que o planeta é povoado por tutsis. De que no mundo só nós não somos tutsis. Antes era tão fácil gritar com a força do trovão: “Tubatsembatsembe!” É preciso matar todos eles! (DIOP, 2021a, p. 29).

Tais falas permitem entrever a sombra de um mal, que não seria diabólico nem estritamente moral, e, sim, radical, ao indicar, por atitudes individuais, um programa político, que toma o outro, o diferente, como supérfluo, como não pertencente a este mundo, tal como assinalado por Arendt (2012, p. 609). Esta superfluidade, que torna a vida descartável e deteriora a capacidade de julgar, acomete não só vítimas, como também carrascos (ARENDR, 2008, p. 368), que, como o personagem em questão, não consegue e/ou não quer admitir nem mesmo a pluralidade existente entre os próprios hutus, enquadrados em uma crença na homogeneidade grupal. Faustin Gasana não se interroga sobre seu intento e sua prática genocidas, apenas imagina a maneira mais eficaz de realizá-los, enquanto convive com suas irmãs, seus pais, seus vizinhos, muitos dos quais, suas futuras vítimas.

Hannah evoca Kant ao se referir à noção de mal radical e não ignora que atos monstruosos podem, em intensidades variáveis, ser conduzidos por inveja, ódio, fraqueza e/ou cobiça. Contudo, conforme a autora, a peculiaridade das fábricas de cadáveres e de esquecimento, produtoras da Shoah, desafiou qualquer forma de compreensão precedente, como aquela efetivada pelo filósofo de Königsberg. Reinterpretada, a ideia de mal radical remeteria não a uma integral compreensão de algo, em si, incompreensível, mas permitiria, ao menos, discernir como aqueles atos hediondos emergiram de “um sistema no qual todos os homens se tornaram igualmente supérfluos” (2012, p. 609).

Em mudança de escala em seus ângulos de estudo, Arendt foi da abordagem do totalitarismo, enquanto sistema (2012), para o exame de um indivíduo, quando, em 1961, fez a cobertura do notório julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém. Como resultado deste trabalho, dois anos depois seria publicado o livro, cujo subtítulo daria projeção a uma expressão, que também assinalou a contínua tentativa de Arendt em perquirir o fenômeno em pauta: a banalidade do mal (1999). Em vez de uma possível radicalidade de sujeitos com raios de ação padronizados, em função de um poder total, com motivações especificamente más, Hannah entendeu estar diante de um agente, cuja principal característica seria a incapacidade de pensar, o valer-se de clichês e de frases feitas, a encarnação da superficialidade. O problema com que se deparou não teria sido de afirmação de convicções, mas de negação: “não era estupidez, mas *irreflexão*” (2022, p. 24. Grifo original).

Não obstante distintas entre si, as expressões mal radical e banalidade do mal, no pensamento arendtiano, compõem um mesmo esforço de entendimento e se interrelacionam em

questões, como, por exemplo, a educacional, cujo objetivo, no regime totalitário, no dizer da pensadora, “nunca foi insuflar convicções, mas destruir a capacidade de adquiri-las” (2012, p. 322). Sob essa ótica, a superfluidade, marca do mal radical, organizado pelo poder do Estado, e a superficialidade, condão da banalidade do mal, corporificada em indivíduos comuns, percorrem muitos personagens de *Murambi*. Aliás, este era o nome da Escola Técnica da cidade de Gikongoro, na qual se esconderam e se refugiaram cerca de 50.000 pessoas, a maioria tutsi. Com a cumplicidade das autoridades locais, como prefeito e oficiais militares – encarnados, no romance, pelo personagem Dr. Joseph Karakezi - essas pessoas foram sumariamente eliminadas por policiais e milicianos, restando apenas algumas dezenas de indivíduos (DIOP, 2021a; GENOCIDE ARCHIVE OF RWUANDA, 2015).

A prática desses atos, carregados de um mal radical, que, em última instância, se sobrepõe a ou independe de ganhos políticos e econômicos, tendo por fim último a destruição do outro, também poderia apresentar traços de banalidade, de esvaziamento do pensamento ou de interrupção do pensar, logo, da compreensão e da pluralidade. Nesse sentido mostra-se potente a sugestão de Arendt, como dito, inspirada em Kant, em deslocar o ângulo teológico e moral das análises sobre o mal para a problematização das maneiras pelas quais os indivíduos se tornam agentes reprodutores dos objetivos do Estado (ARENDDT, 1999, p. 310-312; 2022, p. 24; SOUKI, 1998, p. 37).

A fala de outro personagem de *Murambi: o livro das ossadas*, Michel Serumundo, ao percorrer as ruas da capital Kigali, no início de abril de 1994, faz uma avaliação da qual, mais tarde, se aproximariam as palavras Scholastique Mukasonga:

Saques e um ou dois milhares de mortos, isso seria quase um mal menor. Não estou exagerando. Há muito tempo este país ficou completamente louco. De qualquer maneira, desta vez os assassinos tinham um pretexto de ouro: a morte do presidente. Eu não ousava ter esperança de que eles fossem se satisfazer com pouco sangue (DIOP, 2021a, p. 19).

Contudo, conforme observa Mukasonga, “um genocídio nunca é perfeito” (2018, p. 134). Houve sobreviventes. Nas palavras de Arendt, “todo fim na história constitui necessariamente um novo começo” (2012, p. 639). Em trilha análoga, outro Benjamin - o Walter, próximo da compreensão e da pluralidade históricas, salientadas por Marc Benjamin Bloch no início deste artigo - propõe um conceito de história, fundado na tradição dos oprimidos, dos sobreviventes, de modo a fortalecer a luta contra o fascismo (2012, p. 245). Ou, ainda, para lembrar Drummond, de maneira a não nos afastarmos muito e seguirmos de mãos dadas (ANDRADE, 2001, p. 161), a operarmos uma escolha pela política, não pela necropolítica (MBEMBE, 2018) nem pela

antipolítica de cariz totalitário, cujo apelo sobrevive à queda de regimes antidemocráticos.³ Que possamos, inclusive, por meio da educação, decidir se “amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” (ARENDDT, 2013, p.247)⁴ e, enfim, parafraseando Caetano e Gil (1993), compreender que Ruanda é aqui, que Ruanda não é aqui.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. História e literatura. In: _____ **História: a arte de inventar o passado** (Ensaio de Teoria da História). Curitiba: Editora Appris, 2019, p. 45-110.

ANDRADE, C. D. “Mãos dadas”. In: _____ **Sentimento do mundo**. [1940]. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 161.

ARENDDT, H. **Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo**. Tradução Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. **Homens em tempos sombrios**. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Entre o passado e o futuro**. Tradução Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2013.

_____. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 12 ed. rev. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (Ensaio, 1930-1954)**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A vida do espírito**. Tradução César Augusto de Almeida, Antônio Abranches, Helena Martins. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

BENJAMIN, W. Sobre o conceito da história. In: _____ **Magia, técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 8ª ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2002, p. 241-252.

BENTIVOGLIO, J.; BLOCH, M. In: _____ & LOPES, M. A. (Orgs.). **A constituição da História como ciência: de Ranke a Braudel**. Petrópolis: Vozes, 2013, p. 213-254.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

CALVORESSI, P. **Política mundial a partir de 1945**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. 9. ed. Porto Alegre: Penso, 2011.

³ Conforme epígrafe do presente artigo.

⁴ Lembro, aqui, do excelente balanço da discussão sobre o conceito de responsabilidade em Hannah Arendt e suas implicações morais e legais, realizado por Alexandrina Paiva da Rocha (2022).

DIOPI, B. Bors. **Murambi, o livro das ossadas**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Editora Carambaia, 2021a.

_____. **Entrevista com Boubacar Boris Diop, autor de Murambi, o livro das ossadas**. In: Editora Carambaia, 2022. YouTube, 26 de novembro de 2021b. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=in3x11IWU2g> Acesso em: 15 fev. 2022.

FONSECA, D. F. Etnicidade de hutus e tutsis no Manifesto Hutu de 1957. **Cadernos de História**. Belo Horizonte, v. 17, p. 221-250, n. 26, 1º sem. 2016.

GENOCIDE ARCHIVE OF RWUANDA. Murambi Memorial. On-line, 2015. Disponível em: https://genocidearchiverwanda.org.rw/index.php/Murambi_Memorial. Acesso em: 15 nov. 2021.

GOUREVITCH, P. **Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias**. Tradução de José Geraldo Couto. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HATZFELD, J. **Uma temporada de facões: relatos do genocídio em Ruanda**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ISHAY, M. R. (Org.). **Direitos Humanos: uma antologia: principais escritos políticos, ensaios e documentos desde a Bíblia até o presente**. Tradução de Fábio Duarte Joly. São Paulo: Edusp: Núcleo de Estudos da Violência, 2013.

JARDIM, E. **Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

KOHN, J.. Introdução. In: ARENDT, H. **Compreender: formação, exílio e totalitarismo (Ensaio, 1930-1954)**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 7-28.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MENDONÇA, C. O. De tutsi a inyenzi: humilhações, desprezos e violências na experiência interétnica ruandesa. **Anuário Antropológico** [Online], v.46 n.3 | 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aa/8914>. Acesso em 05 dez. 2022.

MUKASONGA, S. **Baratas**. Tradução de Elisa Nazarian. São Paulo: Editora Nós, 2018.

PEREIRA, G. A. E. **Verdade e política na obra de Hannah Arendt**. Curitiba: Appris, 2019.

ROCHA, A. P. Responsabilidade. In: CORREIA, A.o et. al. **Dicionário Hannah Arendt**. São Paulo: Edições 70, 2022, p. 381-389.

SELIGMANN-SILVA, M. (Org.). **História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SÉMELIN, J. **Purificar e destruir: usos políticos dos massacres e dos genocídios**. Tradução de Jorge Bastos. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

SOUKI, N. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. (Humanitas).

VELOSO, C.; GIL, G. Haiti. In: _____. **Tropicália 2**. Rio de Janeiro: Polygram, 1993. 1 CD. Faixa 1.